

Tesouro quer que conselho planeje ¹⁵ ^{Auc} ^{Economia} ¹¹ finanças públicas

BRÁSILIA — A criação de um Conselho das Finanças Públicas, presidido pelo ministro da Fazenda e composto pelos secretários estaduais de Fazenda, foi proposta ontem na Constituinte pelo secretário do Tesouro, Andréa Calabi. Este conselho estabeleceria o planejamento financeiro nas diversas esferas do governo.

Na opinião de Calabi, a política financeira pública só tem condições de alcançar os objetivos traçados, na medida em que os orçamentos e a administração das finanças públicas — pela União, estados e municípios — forem orientados na mesma direção.

— Dificilmente se obterá o reequilíbrio ou a correção do déficit público, enquanto um dos níveis do governo adotar orientação e objetivos diferentes — explicou o secretário do Tesouro.

Ele afirmou que a coordenação das finanças públicas supõe a existência de instrumentos e mecanismos legais e ins-

titucionais para que possa ter sucesso. Deve abranger nos três níveis de governo todas as entidades que se valham ou possam se utilizar de recursos públicos.

Calabi também defendeu a fixação e limites gerais e comuns para o endividamento das diversas esferas do governo. Sugeriu que esses limites, no campo econômico, poderiam ser impostos por receitas públicas oriundas de créditos (financiamento, empréstimo, títulos) que não poderiam ultrapassar as despesas com investimentos previstas no orçamento.

— Seriam beneficiados os estados e municípios que tenham sido mais austeros na gestão dos seus recursos — observou.

Também seriam limitadas as obrigações que podem ser assumidas pela União, estados e municípios nos anos seguintes, através de inclusão do orçamento.

- 6 MAI 1967

Previsão de receita cresce

BRÁSILIA — O presidente José Sarney encaminhou ontem ao Congresso nacional a Lei do Excesso, reestimando a receita do Tesouro para CZ\$ 1 trilhão, quando a previsão inicial, com base na inflação zero, era de CZ\$ 556,6 bilhões. Essa estimativa de arrecadação deve gerar um excesso global de CZ\$ 523,4 bilhões.

Esse excesso de arrecadação acontece em função de CZ\$ 338 bilhões de

receitas correntes e CZ\$ 186 bilhões de receitas de capital. Desse total de CZ\$ 523,4 bilhões, CZ\$ 380 bilhões serão gastos com pessoal e encargos sociais, dívida, despesas de manutenção e outros custeios. A diferença entre receita e despesa, de CZ\$ 143 bilhões, será aplicada na transferência para estados e municípios (CZ\$ 91,7 bilhões) e na programação vinculada ao PIN/Proterra, Finsocial e salário-educação.